



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CONJUNTA - RELAÇÕES EXTERIORES / DIREITOS HUMANOS E MINORIAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0752/11	DATA: 09/06/2011
INÍCIO: 10h30min	TÉRMINO: 12h38min	DURAÇÃO: 02h08min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h08min	PÁGINAS: 27	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SHIRIN EBADI – Prêmio Nobel da Paz, militante dos direitos humanos em todo o mundo, especialmente voltada à causa da defesa das crianças e dos direitos das mulheres.

SUMÁRIO: Discussão sobre a política externa brasileira, em especial a prevalência dos direitos humanos.

OBSERVAÇÕES

Houve exposição em persa com tradução simultânea.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - Senhoras e senhores, vamos dar início à reunião ordinária de audiência pública da Comissão de Relações em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que conta com a presença da Dra. Shirin Ebadi, Prêmio Nobel da Paz e advogada iraniana, militante dos direitos humanos, a quem convido, neste momento, para compor a Mesa. *(Palmas.)*

Quero também convidar para compor a Mesa juntamente conosco o ilustre Deputado Alfredo Sirkis, do Partido Verde.

Esta reunião ordinária de audiência pública conjunta é realizada em decorrência da aprovação do Requerimento nº 34, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de minha autoria, e do Requerimento nº 88, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de autoria da Deputada Manuela D'Ávila, e tem como objetivo discutir a política externa brasileira, em especial a prevalência dos direitos humanos.

Esclareço à ilustre convidada e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição e, por isso, solicito que falem no microfone ao utilizarem a palavra.

Após a exposição da nobre convidada, abriremos o debate, com a participação dos Srs. Parlamentares inscritos.

Quero também convidar para tomar assento à mesa, representando a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o ilustre Deputado Chico Alencar.

Nesta oportunidade, temos a honra de receber no Congresso Nacional a Dra. Shirin Ebadi, Prêmio Nobel da Paz, militante dos direitos humanos em todo o mundo, especialmente voltada à causa da defesa das crianças e dos direitos das mulheres.

Sua passagem pelo Brasil, embora rápida, meteórica, é acompanhada de uma mensagem de fé, de esperança, de paz para todo o povo brasileiro. E S.Sa. chega num momento importante, quando é oportuno fazermos algumas reflexões.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores, quero saudá-la mais uma vez, dando-lhe boas-vindas, e dizer que estamos honrados em recebê-la nesta Comissão e no Congresso Nacional.



Agradeço a presença de ilustres convidados, de pessoas que representam algumas instituições e que, posteriormente, haverei de nominar.

Passo a palavra à S Sra. Shirin Ebadi, que dispõe de 15 minutos para sua exposição, após o que abriremos o debate com os Srs. Parlamentares.

**A SRA. SHIRIN EBADI** - (*Exposição em persa. Tradução simultânea.*) - Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Estou muito feliz de estar aqui e poder falar com vocês durante alguns minutos.

Sou portadora da mensagem de amizade do povo do Irã para vocês.

Há 1 ano, a política externa do Brasil para com o Irã tem mudado e, felizmente, não há mais apoio na ONU para um governo ditatorial.

Em várias resoluções da ONU que condenavam a conduta do Governo iraniano, o Brasil ficou ao lado do povo do Irã e não apoiou mais um governo ditatorial.

Vim aqui para passar o agradecimento do povo do Irã a vocês. Também estava querendo transmitir esse agradecimento à Presidente do Brasil, porém, por vários motivos, esse encontro não aconteceu.

Espero que a nova Presidente, com seus votos na ONU, mostre o seu compromisso com o povo do Irã. Em setembro, haverá uma sessão da ONU e o assunto do Irã será discutido novamente. E quero que vocês, bons representantes do povo do Brasil e a respeitada Presidente do País, com seus votos, mostrem compromisso com os direitos humanos e fiquem ao lado do povo iraniano.

A situação dos direitos humanos vai piorando no Irã dia a dia. De acordo com a organização Repórteres sem Fronteiras, o Irã tem hoje o maior número de jornalistas e repórteres presos, e o país se transformou numa grande prisão para jornalistas. Qualquer pessoa que faça a menor crítica à conduta do Governo é presa.

Hoje, quero falar sobre essa foto, que depois podemos digitalizar e mandar por *e-mail* para todos.

Depois da eleição presidencial, em junho de 2009, o povo se opôs ao resultado anunciado e milhões de pessoas saíram às ruas de maneira pacífica e



reconciliatória. Um grande número de pessoas foi morta nas ruas e um número ainda maior de pessoas foi ferida.

Vários grupos protestam contra o Governo. Um desses grupos são os professores — professores que ensinam e educam as nossas crianças. Inúmeros professores foram presos e o representante deles também foi preso. O representante deles se chama Sr. Hashem e é um professor aposentado de 65 anos de idade. Esse senhor está preso há 2 anos, sob condições muito difíceis. Ele ficou doente e os responsáveis da prisão foram forçados a levá-lo para a enfermaria do presídio e a cuidar dele. Mas, mesmo na enfermaria, ele foi preso à cama, com correntes nos pés. Um dos médicos da enfermaria ficou com pena desse senhor velho, tirou uma foto e mandou para mim. Esse homem velho, acorrentado ao leito, não é nem assassino nem terrorista. Isso é o que educa as nossas crianças, os nossos filhos. Por isso, eu peço a vocês que, na ONU, não fiquem ao lado de um Governo assim e votem a favor do povo do Irã.

No Irã, não há oportunidade nem para os advogados defenderem, nos tribunais de Justiça, os seus clientes. E, se algum deles quiser, de maneira correta, defender um preso político — por exemplo, um preso por ideologia —, ele mesmo pode ser preso.

Além de pessoas como eu e outros advogados que foram forçados a sair do Irã, inúmeros advogados que ficaram no Irã foram presos. Um desses é uma mulher jovem chamada Nasrin Sotoudeh, uma colega que eu conheço muito bem. Essa senhora, porque tinha defendido, no tribunal, alguns presos políticos e pessoas presas por ideologia, a pedido do procurador, foi presa e foi condenada a 11 anos de cadeia. Agora, faz aproximadamente 10 meses que ela está presa.

Vejam como essa advogada famosa, ganhadora de vários prêmios internacionais, foi levada para o tribunal algemada e questionada sobre por que defendeu um preso político.

Essas fotos serão mandadas por *e-mail* para os respeitáveis representantes da Câmara dos Deputados que são membros da Comissão de Direitos Humanos.

Então, por esses poucos exemplos que citei, vocês podem ver como está a situação, como estão as limitações dos direitos humanos e como os direitos humanos são constantemente violados.



Agora eu vou descrever algumas das leis do Irã para vocês, para que saibam por que nós protestamos contra o Governo.

Depois da Revolução de 1979, entraram em vigor, por legislação, alguns castigos, tipo morte por apedrejamento, punição por chibatadas, flagelação, crucificação e outros.

No ano passado, uma mulher chamada Sakineh, foi condenada à morte por apedrejamento, condenada por ter traído o marido. Essa pena, inclusive com apoio do Brasil, por enquanto não foi cumprida e está suspensa. Eu agradeço o apoio de vocês no sentido de ter sido suspenso esse castigo.

O índice de execuções no Irã é muito alto. Nos últimos 2 meses, 75 pessoas foram executadas no Irã. Algumas dessas execuções foram realizadas em plena rua, à vista da população.

No Irã, infelizmente, existe pena de execução para menores de 18 anos. O Irã tem o maior número de execução de menores de idade, menores de 18 anos.

De acordo com as novas leis após a Revolução de 1979, a idade de responsabilidade criminal, para as meninas, é de 9 anos de idade e, para os meninos, é de 15 anos de idade.

Isso significa que, se uma menina de 10 anos ou um menino de 15 anos cometerem um crime, eles serão tratados do mesmo jeito que um adulto de 40 anos de idade.

Infelizmente, no mês passado, o Irã executou três jovens que tinham supostamente cometido um crime com a idade de 17 anos.

A mulher perante a lei é muito discriminada. De acordo com a lei, o valor da vida da mulher é metade do valor da vida do homem. Ou seja, se um homem e uma mulher saírem na rua e sofrerem algum acidente, algum dano à saúde, pelo mesmo dano, pelo mesmo prejuízo, o homem receberia duas vezes o valor indenizatório que seria pago à mulher.

Num tribunal de justiça, o testemunho de duas mulheres é igual ao testemunho de um homem.

Um homem pode se casar com quatro esposas e sempre que quiser pode se divorciar de qualquer uma das mulheres sem justificativa. Mas para uma mulher pedir o divórcio é muito difícil.



Eu peço, da parte das mulheres iranianas, às mulheres progressistas, às mulheres carinhosas do Brasil que falem para seu Governo que, quando for votar na ONU, pensar nessas leis.

Eu queria contar para a Presidente do Brasil, que felizmente é uma mulher, sobre essas leis para ela. Infelizmente, não foi possível; agora que não foi possível, vocês falem para ela sobre essas leis.

No Irã, não há liberdade de religião. Se um muçulmano quiser mudar de religião, pode esperar uma pena, um castigo muito pesado.

No Irã, há 300 mil *baha'i*. A fé *baha'i* é uma religião persa iraniana, sendo que 300 mil moram no Irã e muitos outros moram fora do país. Essa é uma das religiões perseguidas.

Os *baha'i* do Irã não têm nenhum direito como cidadãos, inclusive, desde o início da revolução, eles nem tinham o direito de ingressar e estudar nas faculdades, nas universidades do País.

Por ordem do Governo, muitas vezes os agentes invadiram e destruíram as casas dos *baha'i*, não apenas as casas, mas os cemitérios dos *baha'i* foram também destruídos. Ou seja, os *baha'i* não têm direitos enquanto vivos nem enquanto mortos.

Existe um número grande de *baha'i* presos no Irã, e isso inclui sete líderes da comunidade *baha'i* do Irã que estão presos há 3 anos, sem acusação, e eu sou a advogada de defesa desses sete.

Esses sete estão passando por condições muito difíceis na prisão. Eu sou a advogada de defesa deles e sei que eles foram acusados de espionagem para os Estados Unidos e Israel. Eu li os arquivos, os documentos, tudo em relação a esse caso e sei que eles são inocentes. Apesar de serem inocentes, eles foram condenados a 20 anos de prisão cada um.

E, por último, o Governo do Irã só pode dizer uma coisa, só tem um lema: morte aos Estados Unidos. E qualquer um que se opuser a essas leis do Irã será acusado de apoiar os Estados Unidos. Inclusive falam para mim: "*Você apoia os Estados Unidos.*"

Vejam a minha palestra na recepção do Prêmio Nobel. Vocês verão nessa palestra que as minhas maiores críticas foram aos Estados Unidos e a Israel.



O povo do Irã diz o seguinte: usando a desculpa de que alguém apoia os Estados Unidos, podem violar os direitos humanos. Nós não estamos de acordo com os Estados Unidos ou com Israel, mas também não estamos de acordo com o Governo do Irã, que desrespeita os direitos humanos.

Muito obrigado pela sua paciência em ouvir as minhas palavras. Se vocês tiverem quaisquer perguntas, estou à disposição. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - Muito contundente o depoimento que ouvimos da Dra. Shirin Ebadi.

Vamos passar, na sequência, aos debates. Já temos aqui a lista de inscritos.

Antes, porém, quero fazer o registro da presença entre nós de representantes do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, a quem saúdo e dou boas-vindas, de líderes representantes da comunidade *baha'i* no Brasil e da Associação de Universitários Cristãos do Brasil, à qual, na pessoa da Sra. Melina, eu dou boas-vindas também.

Passemos, então, aos debates.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Duarte Nogueira, Líder do PSDB na Câmara dos Deputados .

**O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA** - Sr. Presidente, Deputado Roberto de Lucena, Presidente desta sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Casa, aqui representada pelo nobre Deputado e Líder do PSOL, Chico Alencar, Deputado Alfredo Sirkis, Sra. Shirin Ebadi, Prêmio Nobel da Paz e advogada iraniana dos direitos humanos, senhoras e senhores: antes de mais nada, quero iniciar a minha fala dando boas-vindas à Dra. Shirin Ebadi, desejando que sua estada no Brasil seja confortável e promissora na defesa da suas convicções e dos seus ideais, que são comuns e convergentes com os nossos.

Quero mais uma vez fazer um apelo, Sr. Presidente, diretamente a V.Exa. e ao Deputado Chico Alencar, para que, em conjunto, e investidos da autoridade de Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a de Direitos Humanos e Minorias, ambos, em nome de todos aos Parlamentares aqui presentes, solicitem à Presidenta Dilma Rousseff que, hoje, ao retornar de sua viagem a Blumenau, receba a Sra. Shirin Ebadi.



Falo isso não com o intuito de enfrentamento, como ocorreu na noite de ontem, quando propusemos uma moção de repúdio em vista da controversa dificuldade de a Presidente da República receber a Sra. Shirin Ebadi. A alegação dada foi de que a Presidenta da República recebe apenas Chefes de Estado e Chefes de governo, mas sabemos que S.Exa. recebeu artistas e pessoas ilustres, como o Prêmio Nobel da Paz de 2006, o Sr. Moamé Yunus, que esteve em visita ao nosso País para falar sobre microcrédito e combate à pobreza.

Digo isso, Sras. e Srs. Deputados, porque no Governo anterior, do Presidente Lula, a política externa estava eivada de afinidades ideológicas e de interesse para o protagonismo internacional, colocando em segundo plano questões como defesa dos direitos humanos e de valores democráticos.

O PSDB, partido que lidero nesta Casa, tem, como medida acautelatória, obstruído a votação de acordos internacionais firmados pelo Brasil com países que desrespeitam os direitos humanos e os princípios democráticos, a exemplo de acordos com o Uzbequistão, Guiné Equatorial, Zimbábwe e Venezuela.

O partido que lidero defende multilateralismo, o apoio ao desenvolvimento dos povos e a não intervenção, mas com a utilização dos meios diplomáticos na defesa da paz, das formas democráticas de governo e, principalmente, dos princípios universais dos direitos humanos. Nesse sentido, apoia a ampliação e diversificação das relações do Brasil no mundo globalizado, inclusive via cooperação com os países mais pobres, mas sempre manifestou preocupação com a postura do Governo Lula de deixar de lado os valores mais caros da diplomacia brasileira em razão de afinidades ideológicas ou da busca, a qualquer preço, de protagonismo internacional e de um assento permanente no Conselho das Nações Unidas.

Faço essas observações, sem pretender me alongar — até porque as nossas manifestações já foram amplamente divulgadas e as nossas razões esgotadas no debate acalorado da noite de ontem —, para mais uma vez demonstrar a nossa enorme alegria de receber a Sra. Shirin Ebadi em nosso País, em especial no Parlamento brasileiro, que, apesar das acaloradas questões que envolvem Governo e Oposição, tem procurado protagonizar sempre, por convergência do debate, a defesa dos valores democráticos que nos são tão caros e que entendemos deverem ser cada vez mais ampliados e reverberados no planeta.





A presença de V.Sa. hoje nesta Casa é mais um sinal na direção de que o Brasil evolui, de que amadurecemos e que não há tarefa completa em nosso planeta sem uma relação direta com a defesa das liberdades individuais, com os valores humanos, com a qualidade de vida, com o asseguramento ao contraditório, com o respeito à divergência de opiniões, o que, aliás, tenho certeza, é o debate diuturno que a senhora tem tido ao longo de sua vida, na defesa das mulheres, das crianças, das minorias e dos impossibilitados de falarem por si.

Portanto, reiteramos o apelo ao Presidente Roberto Lucena e ao Líder Chico Alencar no sentido de que se esforcem, redobrem sua capacidade de movimentação perante o Itamaraty e ao Palácio do Planalto, a fim de que a decisão da Presidente Dilma de receber a Sra. Shirin Ebadi seja não só um sinal de total sintonia da Presidente com os valores que a Prêmio Nobel da Paz, nossa visitante, representa, mas também de que S.Exa. tem nas suas ações procurado colocar os interesses do Brasil acima dos interesses ideológicos ou do partido que representa.

Portanto, em nome do PSDB, cumprimento, mais uma vez, a Sra. Shirin Ebadi, desejando que sua visita seja promissora e que ela possa retornar ao Brasil muitas e muitas vezes, para que possamos tê-la em nosso convívio outras oportunidades.

Muito obrigado

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena ) - Agradeço ao nobre Deputado Duarte Nogueira a participação com o seu importante pronunciamento, testemunhando a sua luta e o seu empenho em relação àquilo que consideramos justo.

Antes de passar a palavra aos demais Parlamentares inscritos, quero fazer o registro de correspondência recebida, há alguns minutos, da Ministra Maria do Rosário dirigida à convidada, Dra. Shirin Ebadi, com pedido para ser lida nesta audiência.

*“Venho, por meio desta, congratulá-la pela sua luta incansável em defesa dos direitos humanos e das mulheres. A senhora é uma referência inequívoca para todos aqueles que almejam um mundo mais equânime, mais justo e melhor.*”



*Devido a tristes tragédias que se abateram sobre a Região Norte do País, não pude me fazer presente na data de hoje, na qual o Congresso Nacional presta uma merecida homenagem a senhora e a sua trajetória.*

*Gostaria, entretanto, de manifestar o meu profundo desejo de recebê-la ainda durante a sua estada em Brasília. Para isso, a minha agenda se encontra aberta à senhora e me disponho a regressar de pronto da região amazônica, a fim de encontrá-la.*

*Por fim, aproveito o ensejo para manifestar o perene compromisso do Estado brasileiro com a defesa, a proteção da vida humana e a contrariedade e as penas de morte cruéis ou degradantes onde quer que elas ocorram, bem como reafirmar que nessa batalha por um mundo mais justo, sem sombra de dúvida, a senhora, a Presidenta Dilma e o Estado brasileiro se encontram do mesmo lado, do lado dos direitos humanos.*

*Maria do Rosário Nunes*

*Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República”.*

Passo a palavra, na sequência, ao nobre Deputado Alfredo Sirkis, do PV do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS** - Dra. Shirin Ebadi, Srs. Deputados, colegas, cidadãos presentes a esta sessão, em 1979, eu me encontrava em Lisboa, no meu oitavo ano de exílio, inclusive na companhia da ex-Deputada Moema Santiago, aqui presente, quando todos nós, exilados brasileiros, acompanhávamos ansiosamente o desenrolar da revolução que naquele momento derrubava o Xá do Irã com sua sinistra polícia política Savak. Aquilo nos encheu de esperanças até em relação a uma onda mundial que teria como resultado a queda das muitas ditaduras pelo mundo afora.

O destino da revolução no Irã foi, como o de tantas revoluções ao longo da história da humanidade, infelizmente, uma decepção. Ao contrário do que viria a



acontecer em outros países, uma forma de ditadura foi substituída por outra. E essa outra forma consegue ser mais cruel e opressiva do que aquela da qual padecemos aqui no Brasil durante longos anos. Aqui, foram suprimidas eleições livres, liberdades públicas, direitos de cidadania e participação política; aqui, reprimiu-se com violência movimentos sociais; aqui, torturou-se e matou-se oponentes do regime autoritário, mas não se interferiu na vida cotidiana dos cidadãos comuns que não tinham participação no processo político. A opressão não se exercia em todos os níveis da vida da população.

Uma das principais, se não a principal restrição, e diria até mesmo mágoa que tive em relação ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem fui eleitor várias vezes e admirador durante muitos anos, foi a atitude, politicamente impensada, que ele tomou no episódio da greve de fome dos presos políticos cubanos e da repressão ao movimento democrático das ruas de Teerã, brutalmente esmagado pela ditadura teocrática, depois da fraude eleitoral que propiciou a permanência do Presidente Ahmadinejad.

Isso se agravou com o gesto simbólico — gestos simbólicos, na era da mídia globalizada, são extremamente importantes — de ter dado àquele sinistro personagem da ditadura teocrática a camisa canarinho da Seleção Brasileira, o que é um gesto de afetividade. Não cabe um gesto de afetividade para com um tirano dessa espécie.

Depois me confidenciou um dos principais responsáveis pela formulação da política externa brasileira que consideravam ter sido um erro, um excesso, produto da informalidade que caracterizava o comportamento do nosso Presidente.

Com muita alegria, percebi, desde momentos anteriores à posse da Presidenta Dilma Rousseff, mais especificamente numa entrevista que ela deu ao *Washington Post* em dezembro, que haveria mudança da política externa brasileira relativamente a essas atitudes de compadrio com regimes de opressão. De fato, houve uma mudança. Houve uma inflexão da política presidencial e, em algumas situações, da política do Ministério das Relações Exteriores em relação ao Irã. No entanto, penso que é muito pouco, é algo muito tímido para desfazer comportamentos que tiveram uma intensa carga simbólica e uma enorme repercussão internacional. São necessários gestos de igual calibre. O gesto óbvio,



nesse caso, seria a Presidenta da República receber a Dra. Shirin Ebadi da mesma forma — isto foi lembrado aqui pelo Deputado Nogueira — que recebeu Muhammad Yunus, do Grameen Bank, de Bangladesh, Prêmio Nobel da Paz.

Não há questão protocolar. O que sabemos é que houve pelo menos três contatos extremamente tensos das autoridades iranianas com as brasileiras, em que se advertia para repercussões extremamente graves, caso, de fato, a Presidenta da República recebesse a Dra. Ebadi.

Penso que o nosso Governo não poderia ter-se submetido a esse tipo de pressão. Deveria ter pagado para ver, porque tem certeza, inclusive, de que não haveria nenhuma consequência. Na verdade, o regime teocrático do Irã, isolado como está em todo o mundo, precisa muito mais das relações com o Brasil do que o Brasil precisa de relações com o regime teocrático do Irã.

Precisamos, claro, ter relações diplomáticas, manter diálogo e eventualmente, desde que de forma séria e bem preparada, até exercer mediações, na medida em que essas relações isso nos propicie. Não podemos, no entanto, escamotear nem negligenciar a questão do grau absurdo de opressão que existe naquele país nem políticas aventureiras de estímulo ao terrorismo internacional, envolvimento em situações gravíssimas, como foram os atentados de 1992 e 1994 em Buenos Aires.

Quero ainda dizer que penso que é fundamental, se aqui não estão representados — tenho certeza de que muitos estão de coração, Deputados do Partido dos Trabalhadores, um partido que tem uma tradição de resistência à opressão —, que essa causa não seja confundida com a daqueles que, como nós, temos críticas ao atual Governo. Seria um desserviço à própria causa da Dra. Ebadi, que precisa ter no Brasil o mais amplo apoio possível.

Por outro lado, o grau de contundência da nossa crítica tem que estar relacionado com o grau de absurdo da posição do nosso Governo. Como, de fato, melhorou significativamente, embora não no nível que julgamos ser necessário, a postura da Presidenta Dilma em relação ao que havia anteriormente, devemos estimulá-la. Por isso, embora tenha votado favoravelmente, não concordei com a palavra “repúdio”. Eu preferia que tivesse sido adotada a palavra “crítica”.

Para concluir, eu queria dizer que é fundamental que isso seja uma causa que una tanto Deputados de oposição e independentes, como é o caso do Partido Verde,



quanto Deputados da base do Governo, para que de fato a causa de solidariedade com o povo do Irã, aqui representado pela Dra. Ebadi, seja a mais ampla possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - Agradeço ao Deputado Alfredo Sirkis as palavras.

Ainda estão inscritos três Parlamentares. Como o número de Parlamentares inscritos para fazer pronunciamento não é tão grande, não estamos limitando o tempo, mas eu pediria àqueles que ainda haverão de usar a palavra que, mesmo não estando limitado o tempo, procurem, compreendendo que estamos avançando no horário, ser o mais objetivo possível.

Com muita honra, passo a palavra ao nobre Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro, também um militante e lutador pelos direitos humanos na Câmara dos Deputados.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Dra. Shirin Ebadi, demais Parlamentares e representantes da sociedade presentes nesta audiência pública, é uma honra estar aqui representando a Comissão de Direitos Humanos e Minorias deste Parlamento, designado que fui pela Deputada Manuela d'Ávila, que está no Pará, numa área conflagrada, onde há muitas mortes de lavradores no Brasil de hoje, assim como a Ministra Maria do Rosário, que também está lá. É uma honra recebê-la, uma honra e um dever.

Ouvindo o seu relato de situações candentes, eu me lembrei de um grande brasileiro do século passado, chamado Mário Quintana, poeta gaúcho. Ele dizia: "*O passado não conhece o seu lugar, ele teima em reaparecer no presente*". Num passado não muito distante no Brasil, algumas situações que V.Sa. relatou aqui eram corriqueiras. Hoje, elas ainda acontecem, mas são mais esporádicas. Avançamos, portanto.

Perseguições e prisões por motivos ideológicos, políticos e religiosos. A situação degradante de sete lideranças presas da Comunidade Bahá'í no Irã é uma clara tentativa de intimidar a expressão religiosa de 350 mil membros dessa comunidade de iranianos, cidadãos que se vêm acossados por essa postura medieval, na verdade.

Aqui, volta e meia, ocorrem expressões medievais de segmentos religiosos, inclusive desconsiderando outras denominações e estabelecendo, com o estigma do



pecado, vários tipos de comportamento derivados da maravilhosa diversidade humana. Mas isso não é política de Estado.

Tocou-me muito também a senhora falar do maniqueísmo, que é próprio da cultura autoritária: quem não está do nosso lado é aliado do nosso maior inimigo. No Brasil, inversamente ao que a senhora ouve, no tempo não muito distante da ditadura militar, que apequenou inclusive este Parlamento e o fechou diversas vezes, dizia-se que quem contestava o regime e lutava por liberdades democráticas estava a soldo do ouro de Moscou. Pelo visto, ele estava sendo mais gasto nas *dachas* da nomenclatura burocrática soviética do que no auxílio aos que queriam socialismo, sim, e liberdade. Democratas, socialdemocratas, liberais, todos lutavam contra a ditadura. O seu relato nos traz de volta esses tempos ásperos do Brasil.

De qualquer forma, são tempos ásperos que já superamos. E isso nos indica, reitero, o dever de, como Parlamentares, como parte do poder público brasileiro, recebê-la com toda a atenção, com toda a honra, em especial por essa condição que a senhora traz na sua gênese. É não só uma defensora dos direitos humanos, é não apenas — como se isso fosse pouco — Prêmio Nobel da Paz, que é uma condição permanente, para a vida inteira. Qualquer Parlamentar aqui trocaria o mandato de 4 anos, mesmo aqueles que se reproduzem por anos e anos, por esse prêmio, que é uma honraria que dignifica não qualquer um, mas quem luta.

Entendo, portanto, que é um dever de Chefe de Estado encontrar espaço na agenda para receber um Prêmio Nobel da Paz, com essa sua luta reconhecida mundialmente.

Quero manifestar, em meu nome, como Parlamentar do Partido Socialismo e Liberdade, em especial pela designação que aqui trago da Comissão de Direitos Humanos, um caloroso abraço, o compromisso militante com a sua luta, que, como a senhora reiterou, não é uma luta individual, nem mesmo daqueles que estão agora nas prisões — há professores algemados —, mas de todo o povo que quer uma república, sim, verdadeiramente republicana, que não seja teocrática; não quer o regresso à monarquia e a outras formas questionáveis do exercício do poder; quer democracia e expressão. Não é a democracia do capital e do livre empreendimento, mas a da liberdade cidadã, que, inclusive, quer também a paz no Oriente, com



respeito ao povo e ao Estado palestino, sem que isso signifique que se quer jogar os judeus ao mar.

Essa é uma postura que tem livre trânsito neste Parlamento, nos nossos debates.

Eu termino, inclusive atendendo ao repto do nobre Líder Duarte Nogueira, dizendo que, como a Ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, virá lá do Sul do Pará para se encontrar com a Sra. Shirin, esse encontro poderia ser a três, com a participação também da Presidente da República. Ela virá de Blumenau — as distâncias talvez se equivalham — e encontraria a Prêmio Nobel da Paz.

Tenho certeza de que isso não só representará uma deferência a essas lutas que nos unem aqui, como também sensibilizará a Presidente Dilma, primeira mulher a ser Presidente da República no Brasil, que compartilhará, seguramente, essas lutas.

Vamos fazer esse apelo, mas, de qualquer forma, também atendemos a seu apelo. Nós, como Parlamentares representantes da diversidade partidária aqui existente, encaminharemos toda essa luta ao Ministério das Relações Exteriores, a autoridades do Executivo brasileiro, para que possamos brevemente constatar ares de liberdade, de humanismo, de respeito à diversidade humana no planeta inteiro, em especial no nosso querido Irã, que tem tantas tradições milenares. É uma pátria que merece o nosso respeito, não pela sua riqueza econômica prioritariamente, mas pela sua grandeza humana.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - Cumprimento o nobre Deputado Chico Alencar pela manifestação, pelo pronunciamento.

Passo a palavra ao nobre Deputado Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais. *(Pausa.)* S.Exa. não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Antonio Imbassahy, do PSDB da Bahia.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO IMBASSAHY** - Agradeço ao nobre Presidente, o Deputado Roberto de Lucena, a atenção.

Cumprimento todos os Deputados que compõem a Mesa, os demais Deputados.



Cumprimento em especial a Prêmio Nobel da Paz, Shirin Ebadi, advogada iraniana de direitos humanos.

Quero deixar muito claro que, para todos nós, é uma grande honra e um privilégio recebê-la na Câmara dos Deputados.

Mais uma vez, reforçando a solicitação do Líder do PSDB, o nosso partido, o Deputado Duarte Nogueira, faço um pedido ao Presidente desta Comissão, no sentido de que realize gestões junto à Presidente Dilma para ela que receba em audiência a Prêmio Nobel da Paz.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que esse encontro vai simbolizar um gesto que engrandecerá o Governo da Presidente Dilma. Palavras são importantes, mas é absolutamente injustificável que a Presidente não conceda uma audiência que, por certo, valorizará muito a pessoa da Presidente e a todos nós brasileiros e reforçará suas posições e a sua autoridade. Este não é um debate político. Este é um embate contra a violência, a favor dos princípios democráticos e dos direitos humanos. Isso mostrará à comunidade internacional, com a maior clareza, a nova posição do Governo brasileiro com respeito ao Irã. Se a Presidente Dilma a receber, mostrará com muito mais clareza essa nossa posição.

Eu tive a oportunidade de falar com a Prêmio Nobel da Paz no gabinete da Comissão de Direitos Humanos. Quero também deixar claríssimo aqui que a posição do ex-Presidente Lula não corresponde à posição do povo brasileiro. O povo brasileiro é um povo tolerante, solidário, carrega no coração os valores da generosidade, da fraternidade, do respeito aos seus irmãos.

Tenha a mais absoluta certeza, Sra. Shirin Ebadi, de que a posição do ex-Presidente Lula não corresponde, em absoluto, ao sentimento de todos nós brasileiros.

Tivemos um embate no plenário desta Casa ontem, quando sugerimos a votação de moção de repúdio à Presidente Dilma, por não ter encontrado um tempo para atendê-la. Confesso até que, ao longo dos debates, achei que a palavra “repúdio” talvez estivesse acima daquela que deveria ser escolhida. Mas, hoje, ao ouvir aqui, pela voz do honrado e qualificado Deputado Alfredo Sirkis, que a Presidente Dilma não a está recebendo devido a pressões que o Governo do Irã estaria realizando, eu não tenho dúvida de que a palavra correta é “repúdio” —





repúdio à atrocidade, repúdio à brutalidade contra crianças e mulheres, repúdio à violência, à agressão.

Quem encontrou tempo na agenda para atender à cantora Shakira — com direito, inclusive, a autógrafo na guitarra —, quem, mesmo convalescente de uma pneumonia, encontrou tempo para receber o cantor Bono Vox pode certamente destinar ao menos 10 minutos para simbolizar definitivamente que o Brasil não aceita violação dos direitos humanos e dos princípios democráticos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - Obrigado, Deputado Antonio Imbassahy, pelo pronunciamento, pela participação.

Passarei a palavra ao Deputado Bruno Araújo. Antes, porém, lerei esta pergunta que nos chegou por Mary Caetana, representando a Comunidade Bahá'í do Brasil, e é dirigida à nossa convidada, a Dra. Shirin Ebadi: *“Como mulher, como juíza que foi cassada, como é que foi para a senhora assumir o caso da defesa dos sete líderes bahá'ís, uma minoria religiosa, que é a mais perseguida e a mais injustiçada no Irã? Como isso afetou a sua vida?”*

Para que a Dra. Shirin Ebadi possa responder essa questão, eu lhe darei a oportunidade de fazer os seus comentários a respeito dos pronunciamentos que temos aqui ouvido. Em seguida, a Dra. Shirin Ebadi responderá essa pergunta e fará as suas considerações.

Com a palavra, então, o Exmo. Sr. Deputado Bruno Araújo, do PSDB de Pernambuco.

**O SR. DEPUTADO BRUNO ARAÚJO** - Sr. Presidente, agradeço a atenção.

Cumprimento as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, todos os presentes a esta reunião.

Cumprimento de modo especial a Dra. Shirin Ebadi, com quem tive a honra de almoçar, no ano passado, em Londres. Enquanto o então Presidente Lula fazia uma visita oficial ao Irã, nós tivemos a oportunidade de estar com a Dra. Ebadi em Londres, dividindo, já naquele momento, a nossa preocupação e a do próprio PSDB com aquela aproximação perigosa e inconveniente do Estado brasileiro com o Estado iraniano. Seguramente, foi algo que causou danos importantes à diplomacia brasileira.



Naquele momento, Dra. Ebadi, ficou a nossa preocupação sobre o que se passava em relação à política adotada pelo Estado brasileiro.

O que se viu, de lá para cá, foi sobretudo uma atuação muito mais forte da Dra. Ebadi no sentido de contribuir com a preocupação internacional quanto à decisão da diplomacia brasileira de estabelecer aquele nível de aproximação com o Estado do Irã. Ficou evidenciado que essa mobilização teve, sim, efeitos claros. Com a sua luta, uma mulher corajosa que enfrentou um sistema muito duro dentro do seu país natal conseguiu fazer repercutir externamente parte de sua preocupação no que se refere à política externa do Brasil em relação ao Irã.

O fato é que a nossa atual Chefe de Estado tem dado claras demonstrações de que houve, por parte do então Presidente da República, relação, no mínimo, inapropriada. Ouvimos referência expressa da atual Chefe de Estado em relação a discordância da posição política do ex-Presidente.

Talvez seja um constrangimento da Presidente Dilma saber que a senhora agiu de forma absolutamente apropriada. Mas o fato é que sua atuação influenciou no sentido de constranger a política internacional, a diplomacia brasileira — foi um dos erros mais graves da história recente da nossa diplomacia.

Tivemos a oportunidade de realizar uma longa conversa. Fui a Londres para podermos dividir essa preocupação, que repercutiu no meu Estado, Pernambuco, um Estado da Federação que tem participação histórica na formação do País, um Estado de lutas pela liberdade, de rebeldia, que não se conformou, ao longo do tempo, com uma série de posições. Pagou um preço político em relação a isso. O Estado de Pernambuco fazia fronteira com Minas Gerais, e, dadas as nossas formas arredias, foi sendo reduzido de tamanho. O que permanece é a nossa força de luta e a nossa capacidade de trabalho.

Cumprimento a senhora pela passagem pelo nosso País. Naquela oportunidade, já defendíamos a importância e a simbologia da vinda da senhora ao Brasil, num momento em que tínhamos convicção de que havia um erro da política externa brasileira. Sua presença reforça o conjunto de brasileiros que acreditam que a posição histórica do País precisa se fazer valer em relação à luta que a senhora empreende em favor dos direitos humanos no Irã.



Então, eu quero cumprimentá-la e dizer da grande satisfação de reencontrá-la. É uma honra para nós, para a Câmara dos Deputados, receber uma mulher que é um exemplo de luta para tantas gerações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - Muito bem, Deputado Bruno Araújo. Eu quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento.

Franqueio a palavra à nossa convidada, Dra. Shirin Ebadi.

**A SRA. SHIRIN EBADI** - (*Exposição em persa. Tradução simultânea.*) - Eu agradeço muito as palavras que todos proferiram, agradeço o apoio que me deram.

Quero dizer que não sou líder de nenhum partido político e não tenho nenhuma forma de ligação com qualquer grupo político. Eu não sou líder da Oposição e nunca estive em nenhuma posição de poder político. Eu nunca quero posição ou posto político, nem nesse regime, nem em algum regime futuro. Eu não vou entrar em poder político.

Sou uma advogada de defesa e passei minha vida defendendo os direitos humanos. Há mais de 18 anos defendo as vítimas da violação de direitos humanos no Irã. E eu os defendo de graça.

Tudo isso é do conhecimento do Governo do Irã e do Embaixador do Irã no Brasil. Eles sabem de todos esses detalhes.

Por isso, eu fico muito surpresa. Por que o Embaixador do Irã no Brasil tem tanto medo de eu me encontrar com a Presidente? Talvez o Embaixador do Irã não queira que as verdades sobre o que se passa no Irã cheguem aos ouvidos da Presidente.

Eu peço a vocês, agora que esse encontro não se realizou, não foi possível: transmitam tudo o que eu falei à sua Presidente e também transmitam minhas saudações respeitadas a ela.

Eu estou muito feliz que uma mulher tenha conseguido ser Presidente, Chefe de Estado no Brasil. A vitória dela é uma vitória para as mulheres no mundo inteiro.

Mas, ao mesmo tempo, tenho que explicar um assunto, um detalhe da política no Irã, algo que o Embaixador tenta muito esconder, ocultar de vocês. Há 1 mês, começou um conflito, uma diferença muito séria entre o Presidente Ahmadinejad e o Líder Supremo, Khamenei. Atualmente, 150 integrantes do escritório, assessores e pessoas mais chegadas ao Presidente Ahmadinejad — 150 —, estão presos.



Portanto, numa situação assim, é possível que amanhã muitas pessoas, todos os embaixadores, inclusive o Embaixador do Irã aqui, sejam trocados da noite para o dia.

Eu sou defensora do povo, estou entre o povo, e não me importa quem é o Presidente. O importante para mim é, seja quem for o Presidente, o tratamento que dá ao povo, como trata o povo. Eu não tenho nenhuma agenda política e não pertencço a nenhum partido político. Portanto, eu sou a voz das pessoas que são caladas, que não conseguem falar, que não têm voz. Eu estou aqui para que vocês ouçam a voz dessas pessoas.

Uma pergunta me foi feita sobre a defesa dos líderes da Comunidade Bahá'í do Irã. Após passarem 1 ano e meio na prisão, nenhum advogado de defesa aceitava o caso deles, assumia o caso deles. As famílias deles vieram falar comigo, e eu disse que aceitaria. O Procurador tinha acusado essas sete pessoas de espionagem para os Estados Unidos e Israel. Fui me encontrar com o Procurador para pedir para conhecer meus clientes e ter acesso aos arquivos e documentos da investigação sobre eles. Infelizmente, durante muito tempo, não me deram essa autorização, não me permitiram ver os clientes que eu ia defender nem ter qualquer acesso aos documentos do processo. Eles disseram que a investigação estava em curso e, enquanto estivesse em curso, não podia.

Os meus clientes já estavam presos há 2 anos, e, nessa época, a Procuradoria disse que a investigação tinha terminado e que, agora, a advogada de defesa poderia ter acesso aos documentos de investigação.

Nessa época, nos dias e semanas antes desse ponto no tempo, os agentes de segurança vieram me visitar várias vezes, pressionando-me para que eu largasse o caso. Diziam que eu não poderia aceitar defender essas pessoas. Diziam que era inaceitável que uma muçulmana defendesse sete bahá'ís.

Eu disse que sou muçulmana, sim, e me orgulho disso, mas também acredito na liberdade religiosa. Por isso defenderia qualquer pessoa. Defenderia um bahá'í, um cristão, um judeu.

Quando ficaram sabendo que realmente eu não ia largar o caso, a imprensa do país começou a me criticar, a me atacar e a dizer que eu e minha filha tínhamos



ingressado na fé bahá'í, que agora éramos bahá'ís. Obviamente era uma mentira. Eu e minha família somos muçulmanos e nos orgulhamos de ser muçulmanos.

No Irã, qualquer muçulmano que se tornar bahá'í tem uma sentença, um castigo muito duro, muito brutal. Eles queriam me causar medo e criar uma desculpa para me prender e colocar na cadeia por um longo tempo. Diziam-me: “*Se você não é bahá'í, por que defende os bahá'ís?*”

Fui encontrar um líder religioso muito influente e muito importante no Irã, chamado Aiatolá Montazeri. Ele era um líder religioso muçulmano de muito respeito, alguém que era seguido por muitas pessoas, de grande influência, mas que, ao mesmo tempo, não estava junto com o Governo. Perguntei a esse sacerdote se uma advogada muçulmana poderia defender bahá'ís no Tribunal de Justiça. Ele, como perito em assuntos religiosos, disse que podia, sim, claro, e que, se ela tivesse convicção de que a pessoa era inocente, até deveria defender essa pessoa. Peguei esse *fatwa*, que é um decreto de uma autoridade religiosa, e o mandei para a imprensa, para os jornais. E eles não puderam mais dizer que sou bahá'í.

De qualquer modo, prossegui e li todos os documentos e arquivos da investigação da acusação contra essas sete pessoas, e não havia evidência de que quaisquer deles tinha qualquer culpa. Eram inocentes.

Essas pessoas eram totalmente inocentes, não tinham feito nada daquilo, e foram presas por causa de sua crença religiosa. Só que, pela grande pressão internacional, o Governo iraniano não podia apresentar a questão dessa maneira e criou a desculpa da espionagem. É o tipo de acusação que eles inventam contra os presos políticos também.

De acordo com nossas leis, ser bahá'í não é crime. É claro que, pela lei, pela Constituição do Irã, os bahá'ís não têm nenhum direito, mas, pela lei, não é crime ser bahá'í.

Essas pessoas são totalmente inocentes e tinham de ser libertadas imediatamente. Mas, infelizmente, porque nossos tribunais perderam sua independência, continuam presas. Inclusive, cada uma foi condenada a 20 anos de cativeiro.

**A SRA. SHIRIN EBADI** (*Exposição em persa. Tradução simultânea.*) - Depois desse caso e de outros casos que eu havia aceito, o Governo fechou à força meu



escritório de advocacia e uma ONG de defesa de direitos que eu havia formado. Tudo foi fechado.

Em junho de 2009, durante as eleições fraudulentas, como eu estava fora do Irã e eles não tinham como me alcançar, eles prenderam meu marido. A esperança deles, o objetivo deles era que eu me calasse nas esferas internacionais e parasse de falar. Porém, eu falei: *“Amo meu marido, mas amo mais a justiça”*.

Depois dele, prenderam a minha única irmã. Ela é professora de odontologia e não tem nada a ver com minhas atividades, mas foi presa em seguida. Eu disse: *“Eu amo a minha irmã, mas eu amo a justiça ainda mais”*. E não me calei; continuei.

Atualmente, o meu marido e a minha irmã estão em liberdade após o pagamento de uma fiança alta e estão esperando julgamento. Porém, os passaportes deles foram confiscados e eles não têm como sair do Irã.

Em seguida, o Governo confiscou todo o meu patrimônio, tudo o que eu tinha, e vendeu ao povo. Confiscou tudo o que eu tinha nas minhas contas bancárias, pegou tudo. Eu disse a eles: *“Eu gosto da minha casa, eu gosto do meu patrimônio, mas eu gosto mais da justiça, e eu vou continuar”*.

Então, o Governo começou a me ameaçar, a ameaçar a minha família, e me mandaram um recado pelo meu marido: *“Onde encontrarmos você, vamos matá-la”*. Eu disse a eles: *“Nas nossas vidas existe uma verdade inegável, e essa verdade é a morte”*. Quais de vocês sentados nesta sala têm certeza de que não vão morrer? Todos nós um dia vamos morrer, sem saber qual será esse dia. Só Deus sabe qual é esse dia, e o Governo do Irã não pode adiantar nem adiar esse dia nem em um dia sequer.

Falar a verdade é meu dever. Enquanto estiver viva, vou fazer isso, vou falar a verdade. *(Palmas prolongadas.)*

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, por falar em verdade, 10 segundos para uma indagação: os partidos de Esquerda, o Partido Comunista, qual é a situação deles no Irã hoje? É uma indagação sincera. Eu queria ter essa informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - O Deputado Chico Alencar festa esta pergunta, esta questão. Ainda que nós já tenhamos encerrado o nosso tempo de debate, eu quero aproveitar esta situação para também permitir que



o Deputado Otavio Leite faça uma última intervenção em forma de uma pergunta que ele precisa e deseja fazer. Em seguida — nós já estamos com o nosso horário extrapolado —, vamos caminhar para o encerramento desta audiência.

Então, eu vou pedir ao Deputado Otavio Leite que seja objetivo nesta pergunta. Em seguida, a nossa convidada vai responder a essas duas questões e fará as suas considerações finais.

**O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE** - Dra. Shirin, eu queria associar-me a todos os que aqui já enfatizaram e aplaudiram a sua história. A bandeira em prol dos direitos humanos talvez seja a bandeira mais nobre pela qual um cidadão deve e pode lutar. No âmbito desta causa, nós sabemos que há uma série de segmentos da sociedade.

Por exemplo, no Brasil, 15% da população tem algum tipo de deficiência — ou é surdo, ou é cego, ou tem deficiência física ou tem deficiência intelectual. A pergunta que faço à senhora, como defensora dos direitos humanos, é no sentido de saber como o Governo iraniano cuida das pessoas com deficiência em termos de políticas públicas para incluí-las na sociedade, para que elas possam participar da sociedade.

É basicamente isso. Muito obrigado. É uma honra poder estar nesta reunião com a senhora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - Obrigado, Deputado Otavio Leite.

A nossa convidada responderá a essas duas questões e fará as suas considerações finais. Em seguida, caminharemos para o encerramento desta audiência.

Após o encerramento, serão feitas duas homenagens à Dra. Shirin Ebadi. Elas serão feitas logo após o encerramento para que os nossos Deputados que tenham outros compromissos — alguns têm viagem logo em seguida — possam ter a liberdade de sair.

Quero registrar, com muita satisfação, a presença do nosso Líder do PPS, Deputado Rubens Bueno, a quem saúdo e agradeço a presença.

**A SRA. SHIRIN EBADI** (*Exposição em persa. Tradução simultânea.*) - De acordo com a lei, os comunistas não têm nenhum direito e estão em uma posição



parecida com a dos bahá'ís. De acordo com a lei, se um muçulmano mudar a sua religião, ele enfrenta uma sentença muito dura, terrível. E de acordo com o pensamento do Governo, como os comunistas não acreditam no Islã, nas leis do Islã, eles não têm direito nenhum.

Em várias épocas, várias vezes, houve massacres, matança em grupo dos comunistas. Um desses massacres aconteceu há 20 anos. Nesse ano, foram mortos 3 mil comunistas presos juntos. Estes 3 mil foram enterrados numa cova coletiva. Isso fica fora da Capital, Teerã, em uma região chamada kharavan.

As famílias destas 3 mil pessoas, na época do fuzilamento, tentaram chegar lá, tentaram realizar algum tipo de comemoração. Todos os anos elas tentam, mas logo no primeiro ano depois do fuzilamento tentaram fazer isso. Na verdade, todos os anos, tentam chegar lá nos aniversários das execuções para fazerem algum tipo de comemoração. Vários deles foram presos e atacados. Foram tratados assim, foram impedidos de fazer isso.

Eu escrevi sobre a história desses comunistas, sobre a história do fuzilamento dessas 3 mil pessoas e sobre o enterro no kharavan. Escrevi sobre esse episódio num livro chamado *A Gaiola de Ouro*. Esse livro já foi traduzido para vários idiomas, inclusive para o português, mas, infelizmente, não está disponível no Brasil atualmente. Fomos a várias livrarias e não conseguimos pedir esse livro. O livro foi traduzido e impresso em Portugal. Se alguém quiser ler esse livro, ele está disponível no *site Amazon.com*.

Posso falar definitivamente para vocês que a situação dos bahá'ís no Irã está muito ruim, está muito difícil, mas a posição dos comunistas é ainda pior. Eles não têm nenhum tipo de direito.

Sobre as pessoas com deficiências físicas e mentais, é o único grupo no Irã contra o qual o governo não faz nada, não trata mal, porque eles, na verdade, não podem criar nenhuma dificuldade para o governo. Sobre a pergunta se o governo cria alguma facilidade ou dá alguma ajuda em termos de equipamento que eles precisam, posso dizer que, até um certo ponto, sim.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Sr. Presidente, apenas um comentário, finalizando aqui minha participação em nome da Liderança do PPS. Quero dizer à Sra. Shirin Ebadi que é uma honra para os brasileiros tê-la aqui,





especialmente para V.Exa., que teve a felicidade de fazer o requerimento e trazê-la a esta Casa.

Em nome da liberdade, da democracia e dos direitos humanos, já que a nossa Presidente, que tem uma trajetória de perseguição, prisão e tortura, parece, neste momento, renegar seu passado; em nome do Brasil, recebê-la neste momento é uma honra para nós, Parlamentares brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - Obrigado, Deputado Rubens Bueno.

Estamos caminhando para o encerramento desta audiência. Quero registrar a presença do Pastor Laurindo, Secretário-Geral da Frente Parlamentar Brasil-Israel pela Paz, e do Sr. Edécio Vigna, do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. Quero agradecer, em nome do Líder do PSDB, Deputado Duarte Nogueira, a participação de todos os Parlamentares que acompanharam esta audiência e a presença de todas as senhoras e senhores.

Mais uma vez, quero dirigir-me à Dra. Shirin Ebadi para agradecê-la a disposição de atender ao convite que lhe foi formulado pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Recebê-la neste dia, no Congresso Nacional, foi para nós, Dra. Shirin, uma grande honra. Nós aplaudimos sua trajetória e reconhecemos seu trabalho, sua história de luta em defesa das crianças, das mulheres e das minorias, e a recebemos aqui hoje como uma mensageira da paz. (*Palmas.*) Trabalhar pela construção desta paz é um dever de todos nós, independentemente, inclusive nesta Casa, das cores partidárias.

Precisamos, sim, trabalhar tendo como perspectiva a maior de todas as missões de todos nós: a luta em defesa da vida, das liberdades e a construção da paz.

Ao finalizar esta audiência, a jovem Melina, universitária de São Paulo e representa a associação dos estudantes cristãos universitários do Brasil — pode ficar aqui ao lado, Melina —, assim que finalizarmos, vai entregar à Dra. Shirin um mimo, um girassol, em nome da associação dos jovens universitários cristãos de todo o Brasil.



Dra. Shirin, também está aqui hoje a representação da Atini — Voz pela Vida, uma instituição que luta em defesa dos povos indígenas do Brasil, especialmente em defesa das crianças e mulheres indígenas. E a pastora Ana Cláudia, que veio do Rio de Janeiro, vai representar a Atini e entregar, logo em seguida ao encerramento desta audiência, alguns presentes que a Atini lhe enviou. Juntamente com esses presentes, como este belo colar indígena, entregaremos também à senhora um vídeo, um DVD que fala da luta que temos empreendido, especialmente a partir da Atini, contra o infanticídio indígena.

Felizmente, Deputado Chico Alencar, na última quarta-feira, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovou relatório da Deputada Janete Pietá referendando o projeto de lei que é chamado de Lei Moadi, que defende a vida da criança indígena.

A cada ano, 350 crianças indígenas são eliminadas em várias das etnias indígenas em todo o Brasil. Elas são sepultadas vivas, afogadas nos rios, asfixiadas, sufocadas com folhas de plantas venenosas apenas porque nasceram com enfermidades, apenas porque nasceram com deficiência física, ou porque nasceram gêmeas, ou porque nasceram fora do casamento. E a essas crianças é negado o direito à vida.

Quando nós, como Câmara dos Deputados e Congresso Nacional, estamos atentos e lutamos em defesa da vida, pelos direitos humanos do mundo, estamos também atentos àquilo que acontece com as nossas crianças indígenas, para que, trabalhando inclusive com etnias que há muito aboliram essa prática, possamos, num trabalho de convencimento e de políticas públicas, enfrentar a situação do infanticídio indígena no nosso País.

Em nome da Atini, através da Pastora Ana Cláudia, em seguida, entregaremos à senhora esse material e um belo colar indígena que representa todo o carinho das mulheres indígenas que, inspiradas no seu exemplo também, estão se levantando e lutando em defesa das crianças indígenas.

O Deputado Jilmar Tatto chegou agora e pede apenas para fazer uma consideração.

**O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO** - Eu peço desculpas e agradeço a V.Exa., Sr. Presidente. Eu estava no plenário, encaminhando as votações pela



Liderança do PT, e não pude estar presente, mesmo fazendo parte da Comissão de Relações Exteriores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - Eu agradeço a participação de V.Exa. e acho importantíssima a sua palavra, até por se tratar de um representante do Partido dos Trabalhadores. Passo, então, a palavra a V.Exa., pedindo apenas, considerando que já estamos encerrando esta audiência, que seja breve em suas observações.

**O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO** - Cumprimento V.Exa. pela iniciativa, assim como cumprimento o Deputado Sirkis, da Comissão de Relações Exteriores, e o Deputado Chico Alencar, da Comissão de Direitos Humanos. Cumprimento a Sra. Shirin Ebadi pela sua luta, pela sua perseverança, pela sua dedicação, pela sua coragem e pelas posições firmes que tem em relação à defesa dos direitos humanos.

O Partido dos Trabalhadores, o Governo brasileiro, tem uma posição bastante clara, em primeiro lugar, com relação à autodeterminação dos povos; em segundo lugar, pela defesa dos direitos humanos, pela defesa da vida, pela defesa daqueles que lutam por liberdade e igualdade em todo o mundo. Então, a senhora está de parabéns em relação a isso.

Adotamos uma posição que foi polêmica aqui, é verdade, no dia de ontem, um debate sobre se a Presidenta Dilma poderia eventualmente receber a senhora em audiência.

É evidente que, em função de agenda, ela não conseguiu recebê-la, mas a Presidenta Dilma Rousseff, o Governo brasileiro tem uma posição muito clara em defesa dos direitos humanos, como teve em relação a Sakineh Ashtiani, que foi acusada e depois condenada a apedrejamento.

Então, do ponto de vista político, temos uma posição muito firme em relação a isso.

Já foi dito nesta Comissão que a Ministra de Estado de Direitos Humanos, Maria do Rosário, terá um prazer imenso em recebê-la e em colocar à disposição, através dela, o Governo brasileiro e o Partido dos Trabalhadores no sentido de que nós possamos ampliar cada vez mais as liberdades, as igualdades, e que não



tenhamos mais perseguições no mundo, principalmente para aqueles que defendem ideias, e não só ideias, mas um mundo melhor.

A senhora está de parabéns pela luta que tem desenvolvido no Irã e que tem sido um exemplo para todo o mundo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR PRESIDENTE** (Deputado Roberto de Lucena) - Obrigado, nobre Deputado.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião, antes agradecendo a presença à convidada e aos Srs. Parlamentares.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)